

FUNÇÕES GRAMATICAIS: UMA ANÁLISE DE INTERFACES

Jane Rita Caetano da SILVEIRA¹ (PUC-RS)

RESUMO: Esse trabalho aborda as funções sintáticas de sujeito e predicado da gramática tradicional, enfatizando a necessidade de interfaces inter e intradisciplinares para explicar a conexão sintático-semântico-pragmática na organização oracional. Ressaltam-se questões problemáticas no estudo de tais funções, vinculadas à diversidade de critérios na sua conceituação e classificação, que podem ser alteradas no uso lingüístico. A análise de discrepâncias entre conceitos e termos indicados como sujeito e predicado não se esgota na sintaxe e na semântica, requerendo ir além de regras e classificações rígidas, tendo como base teorias lingüístico-pragmáticas que auxiliem no processo explanatório da linguagem como comunicação, dependente de contexto.

ABSTRACT: This paper deals with the syntactic functions of subject and predicate, as stated by Traditional Grammar, and proposes an approach of interfaces to explain them within a pragmatic-syntactic-semantic scope concerning sentence structure. It points out some issues in the study of such functions resulting from a diversity of conceptual and classificatorial criteria that might be subject to changes due to their linguistic uses. It also states that the analysis of the discrepancies between the concepts and what a subject or a predicate really is does not end within the syntactic and semantic scopes; it is necessary to go beyond rigid rules and classifications, and work with pragmatic-linguistic theories that can help in the process of explaining language as communication, thus a context-dependent object.

Algumas limitações explanatórias podem ser observadas nas gramáticas tradicionais por desconsiderarem aspectos pragmáticos ou misturarem critérios estruturais e lógico-semânticos nos estudos de fenômenos lingüísticos. É possível, também, verificar que determinados fatos sintáticos, especialmente no que se refere a sua conceituação e classificação, são dependentes de contexto para serem compreendidos, ao se enquadrarem em situações reais de uso da língua, ou seja, ao serem analisados do ponto de vista da linguagem como comunicação.

O objetivo deste artigo é ilustrar algumas dessas questões problemáticas da sintaxe tradicional que se situam além das fronteiras da sintaxe e da semântica, requerendo uma interface externa, interdisciplinar, com a comunicação, que determina a interface interna, intradisciplinar, com a pragmática, particularmente através das noções de contexto, intencionalidade, conhecimento de mundo (lingüístico e não-lingüístico), bem como das habilidades inferenciais na formulação e reformulação de hipóteses para a compreensão. Tais noções são assumidas por Sperber e Wilson (1995), em sua Teoria da Relevância, seguidos de Carston (1988,1996), Blakemore (2002),² Haegeman (1987), entre outros autores.

Partindo, portanto, da idéia de que questões tradicionais de sintaxe podem ser explicadas pelo contexto pragmático-cognitivo e considerando-se a importância das funções sintáticas na estruturação frasal e suas implicações na organização de textos bem articulados, as quais nem sempre são valorizadas no ensino da língua, cabe ressaltar alguns fenômenos que podem ser aliados a dificuldades freqüentes de aprendizagem.

De acordo com a NGB, tais funções sintáticas, também chamadas de termos da oração, são subcategorizadas em essenciais, integrantes e acessórias. Destacamos aqui os termos essenciais: sujeito e predicado.

A conceituação de sujeito como “o ser de quem se diz/declara algo” pelos gramáticos tradicionais (Rocha Lima,1992; Cegalla, 2001; Cunha e Cintra, 2001; entre outros), com pequenas variações, constitui em si própria um problema, já no momento em que observamos os exemplos dados:

1. O estudo da língua materna é fundamental para qualquer falante nativo.
2. Isso me deixou abalada.
3. A surdez tem deixado de ser obstáculo aos seus portadores.

¹ E-mail para contato: jarcs@terra.com.br

² Carston (1988, 1996) e Blakemore (2002) desenvolvem em seus estudos teóricos a necessidade de se trabalhar fenômenos lingüísticos numa interface com a semântica e a pragmática.

Em nenhuma das 3 orações temos um ‘ser’ de quem se diz/declara algo: o *estudo da língua materna*, *isso* e *a surdez* não são realmente seres. E não é incomum que os aprendizes identifiquem “falante nativo”, em (1), “eu”, em (2)³, e “seus portadores”, em (3), como sujeitos das orações, tendo em vista a definição apresentada.

O mesmo equívoco pode resultar, também, de outra comum conceituação – sujeito é o termo da oração sobre o qual damos alguma informação. E, nesse caso, ao analisarmos uma oração como

4. A menina beijou o pai.

temos uma informação sobre quem beijou (sujeito) e sobre quem foi beijado (objeto), o que não se encaixa na segunda definição.

Essas conceituações de sujeito têm sua origem na lógica clássica, através de Aristóteles, que diferenciava conceitos (ser, ação), referentes a classes de palavras, de juízos (associação predicativa de conceitos), relacionados aos estudos sintáticos. A associação de dois conceitos passa a constituir uma proposição quando entre eles se estabelece uma relação em que um afirma ou nega algo a respeito do outro. Na proposição, que, em lógica, é qualquer enunciado declarativo, o termo objeto da declaração é o sujeito e o que se diz dele chama-se predicado.

A gramática, entretanto, ao valer-se de tais termos, classifica como sujeito e predicado os termos essenciais de qualquer construção oracional, cujo elemento indispensável é o verbo, constituindo ou não uma proposição.

Essa abordagem justifica o fato de muitos usuários da língua, em grande parte orientados pelos profissionais de ensino, fazerem a clássica pergunta *quem/o quê?* ao verbo, para se encontrar o sujeito (Mateus, 1983; Ledur, 1990). Ou, então, buscam, para essa identificação, a concordância em pessoa e número do sujeito com o verbo (Cunha e Cintra, 2001; Faraco e Moura, 1990).

O que se pode perceber, de imediato, é a diversidade de critérios, que vão de morfossintáticos a lógico-semânticos, utilizada na explicitação do sujeito e na sua classificação, mais ou menos fixa em gramáticas tradicionais. Desse modo, enquanto sujeito simples e composto se caracterizam por haver um só núcleo no primeiro e dois ou mais no segundo, o sujeito indeterminado ocorre quando não se pode ou não se quer especificar, apresentando o verbo na 3^a. pessoa do plural ou na 3^a. pessoa do singular mais a partícula *se*, e o sujeito inexistente refere-se à ausência do mesmo na oração. Nesse último caso, observa-se uma incoerência classificatória, uma vez que, sendo um termo essencial da oração, há orações sem sujeito. Além disso, o aprendiz, ao deparar-se com exemplos como

5. Há muitas flores no meu jardim.

acha difícil entender a noção de sujeito inexistente, uma vez que, em estrutura sintática similar, substituindo-se “haver” por “existir”, a palavra “flores” de objeto direto passa a ser o sujeito simples da oração:

6. Existiam muitas flores no meu jardim.

O que parece mais razoável, aqui, uma vez incorporado o significado de “existir” em “haver”, é que este último verbo se comportasse como o primeiro. Além disso, em termos comunicativos (e estruturais) não ocorre diferença significativa.

Outras dificuldades decorrentes dessa mistura de critérios sintático-semânticos pode ser detectada no uso da voz passiva e no emprego de pronomes indefinidos na posição de sujeito. Assim, nos exemplos que seguem,

7. O jogo foi interrompido pelo juiz.

8. O juiz interrompeu o jogo.

9. Alguém interrompeu o jogo.

10. O jogo foi interrompido.

11. Quem interrompeu o jogo?

³ Entende-se essa escolha como “eu fiquei abalada”, já que o dêitico *isso* não apresenta referente.

se for feita a pergunta “quem interrompeu o jogo?”, em 8, a resposta será “O juiz”, sujeito da oração, mas em 7, embora semanticamente o agente da ação seja o mesmo, não coincidirá com o sujeito “O jogo”. Já em 9, a mesma pergunta em 7 seria respondida com “Alguém”, sujeito simples, que, por ser pronome indefinido, costuma ser contextualmente classificado como indeterminado, seguindo o raciocínio de que não pode ser especificado ou de que não permite identificar “quem praticou a ação”, conforme propõem alguns gramáticos. Esse mesmo raciocínio valeria para 10 e 11, desconsiderando-se o contexto dos enunciados, o que acarretaria um sujeito indeterminado para essas orações, uma vez que a questão da indeterminação é semântica e não sintática.⁴

Segundo Pontes (1981), em orações como

12. João quebrou a perna.

13. O carro furou o pneu

não há um agente explícito praticando a ação. Tais exemplos, considerando-se as explicações de gramáticas tradicionais, que atribuem uma ação ao sujeito, podem gerar (e comumente geram) confusão no entendimento dessa função sintática.

Ainda no que se refere a sujeito indeterminado, que pode ocorrer com verbo na 3^a. pessoa do plural, há outra agravante, pois, dependendo da situação comunicativa em que é usado, passa a ser entendido como sujeito simples, o que se pode observar em 14:

14. Os meninos caminhavam assustados pela rua. Bateram à porta da primeira casa que encontraram para pedir ajuda.

Nesse exemplo, em que se percebe a importância do contexto para a identificação do sujeito de “Bateram”, obviamente este não é indeterminado, uma vez que se refere a “meninos”. Enfatiza-se, então, que a interface com a pragmática cognitiva de Sperber e Wilson (1995) permite explicar com plausibilidade, através do processamento inferencial e contextual da informação, os fenômenos sintáticos inseridos em situações comunicativas.

Perini (1996), numa abordagem teórico-descritiva, afirma que pode existir uma discrepância entre o conceito e os termos normalmente indicados como sujeito. Exemplifica com a oração Em janeiro, chove muito em São Paulo, na qual se reconhece a inexistência de um sujeito, embora se declare algo a propósito do mês de janeiro ou mesmo da cidade de São Paulo. Na opinião do autor, há um descompasso entre a teoria gramatical explícita e a implícita, pois, implicitamente, procura-se o termo “com o qual o verbo concorda” para encontrar o sujeito. A concordância como critério básico para identificação do sujeito pauta-se numa perspectiva essencialmente normativista, não contemplando a mudança lingüística e a eventualidade de registros nos quais a concordância é irrelevante. E acrescenta-se aqui que tal critério perde a sua eficiência nas frases em que o sujeito e o objeto concordam com o verbo, especialmente quando um desses termos está deslocado na oração.

Azeredo (1995), por sua vez, do ponto de vista estruturalista, afirma que sujeito “é o sintagma nominal que constitui imediatamente a oração, não importando se é agente, paciente ou instrumento do verbo”. Embora seja uma definição mais abrangente, ainda assim o aluno poderia cometer equívocos em orações com verbos impessoais, como no exemplo 5, acima, empregando-se o objeto no singular:

15. Há uma flor no meu jardim.

Observando os exemplos analisados e tomando-se como parâmetro a NGB, a caracterização do sujeito não parece sustentar-se de uma forma plena, nem no que diz respeito a termo essencial, já que existem orações sem sujeito. Essa constatação tem levado estudiosos da língua a abominarem a prescrição das gramáticas tradicionais e a buscarem alternativas baseadas em outras fundamentações teóricas, entre elas as de caráter estruturalista, funcionalista, gerativista. No entanto, os novos postulados oferecidos também parecem esbarrar em obstáculos, não facilitando, desse modo, a remoção de dificuldades na identificação do sujeito.

Não se pode negar, face ao exposto até agora, a presença de fatores pragmático-contextuais importantes no estudo da função sintática ‘sujeito’ que vão além das conceituações e classificações

⁴ Sperber e Wilson e Carston (1988) desenvolvem a noção de explicatura como uma combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços inferidos contextualmente para tornar explícita uma suposição comunicada por um enunciado, o que constitui a base para o processo interpretativo.

tradicionais, fundamentadas na diversidade de critérios, muitas vezes de forma complexa e inadequada, conforme questionado por Pontes(1986):

É possível chegar a uma definição única, válida para todos os casos de sujeito em português, ou seja, que todo termo identificado como sujeito tenha as propriedades listadas e nenhum termo que não seja sujeito não as tenha? Ou será que devemos identificar essa função sintática pelo estudo de exemplos, analisando caso por caso, nas situações linguísticas em que tal função está inserida?” (p. 100)

Certamente, definições e caracterizações rígidas que distingam o sujeito de outras funções sintáticas parecem não ser possíveis ou suficientes, pois sempre haverá casos obscuros e difíceis de serem tratados numa visão única, tanto os da linguagem coloquial, em situações concretas de uso, quanto aqueles casos atípicos, que não se enquadram na regra do comum, geralmente enfatizados como exceções na gramática tradicional. Ainda seguindo Pontes (1986), de um modo geral se aprende a reconhecer o sujeito através do ensaio e erro, em exercícios de reflexão, de formulação e reformulação de hipóteses, com base em situações anteriores de aprendizagem e em vozes autorizadas de gramáticos que normatizam a língua.

Nessa perspectiva, a segunda pergunta feita por Pontes tende a ser respondida de modo afirmativo, pois, ao sermos levados a refletir analiticamente sobre fatos da língua, a possibilidade de compreensão dos mesmos aumenta, permitindo uma atitude investigativa à medida que surgem novos exemplos em situações diversas de uso.

Esses mesmos comentários podem ser aplicados ao estudo do segundo termo essencial da oração, o predicado, pois questões problemáticas similares também são encontradas na análise dessa função sintática .

Retomando o que as gramáticas tradicionais postulam sobre o predicado, seguindo a NGB, observa-se que essa função sintática costuma ser definida como “É tudo aquilo que se diz do sujeito” ou então “É tudo o que se declara na oração, ordinariamente em referência ao sujeito”.

De modo consensual, para que uma definição atinja seus objetivos, deve possibilitar a compreensão do que é definido, e para isso é essencial que seja explícita, fornecendo os elementos necessários à sua aplicação. Partindo desse pressuposto, a forma como o predicado é conceituado é problemática, a começar pelo entendimento de “tudo aquilo” que se diz/declara do sujeito. O que significa a expressão entre aspas? Eventos, ações, processos, estados são “tudo aquilo”? Indo além dessa vaguidade, de acordo com tal definição, uma oração sem sujeito parece estar fadada a não ter também predicado, uma vez que falta o termo sobre o qual se diria/declararia algo. No entanto, se o que caracteriza a existência de uma oração gramatical é justamente o verbo, núcleo de predicados verbais, então teríamos aqui uma forte contradição, pois exemplos como

16. Choveu muito em Porto Alegre ontem.
17. Há indícios de chuva forte nas ruas.

mesmo não tendo um sujeito, por conterem verbo que indica fenômeno da natureza, em 15, e verbo impessoal (haver, no sentido de existir), em 16, ainda assim constituem orações, conforme a NGB. Nesses casos, a definição de predicado torna-se insuficiente e inadequada, gerando dificuldades para a sua aplicação.

Portanto, um profissional do ensino da língua não pode restringir-se à tal definição, pois estaria contribuindo para manter a confusão mental do aluno ao deparar-se com a necessidade de identificação de funções sintáticas. Torna-se indispensável, então, que o professor analise criticamente o que é predicado, inserindo na sua caracterização pelo menos as situações mais frequentes de uso da língua não contempladas na conceituação tradicional.

As gramáticas normativas ressaltam, também, que o predicado é classificado em 3 tipos: verbal, nominal e verbo-nominal, inserindo-se no primeiro os chamados verbos significativos (transitivos e intransitivos), no segundo, os de ligação e, no terceiro, um verbo significativo e um predicativo, constituído, assim, de dois núcleos. A NGB postula que, para classificar o predicado, é indispensável o estudo dos tipos de verbos, enfatizando que, quando houver verbo de ligação, o predicado será necessariamente nominal e quando houver predicativo do objeto, o predicado será verbo-nominal sempre.

Num primeiro momento, tal classificação teórica parece simples e clara, embora a sua rigidez através dos termos “necessariamente” e “sempre”. No entanto, na prática destacamos, entre outras, duas questões: a diferença entre verbos “significativos” (o termo não é adequadamente explicitado) e verbos de ligação, os quais vão determinar diferentes predicados, e a identificação do predicado verbo-nominal, quando o nome coincide com o particípio passado de um verbo. Analisando-se os exemplos a seguir,

18. Paula estava eufórica.
19. Paula estava no corredor.
20. O jogador foi premiado.

no primeiro, associa-se naturalmente o atributo “eufórica” a Paula, sujeito da oração, constituindo, portanto, um predicativo do sujeito, numa oração cujo predicado é nominal; mas isso não ocorre em 19, pois “no corredor” está indicando um lugar e não um atributo do sujeito, atuando como um modificador de um verbo significativo e intransitivo, embora este mantenha a mesma forma do anterior, e, nesse caso, constitui um predicado verbal. Isso demonstra que as tão bem-elaboradas listas de verbos de ligação (ser, estar, ficar, permanecer, etc) perdem a sua eficácia quando eles são inseridos em um contexto oracional.

O exemplo em 18 evidencia também que, apesar de a NGB diferenciar frase de oração justamente pela presença do verbo na segunda, nos predicados com verbo de ligação o núcleo passa a ser o nome, fazendo o verbo perder o seu status na estrutura oracional ao ser definido apenas como um elo de ligação entre o sujeito e o seu predicativo.

Já em 20, é bastante freqüente a dúvida na classificação do predicado da oração: é verbal ou nominal? “Premiado”, apesar de ser verbo no particípio passado, pode vir a ser predicativo do sujeito, uma vez que pode ter valor de adjetivo? (O jogador premiado é X). Essa característica de muitos verbos no particípio passado também desempenham o papel de adjetivo, tão presente no português, pode desencadear controvérsias na classificação do predicado. E, mais uma vez, os exemplos terão que ser analisados com reflexão, em virtude de se mesclarem, inadequadamente, alguns critérios que embasam as definições e conceituações na gramática tradicional.

Em relação ao predicado verbo-nominal, que encerra em si mesmo uma união de predicados por apresentar um verbo significativo (núcleo do predicado verbal) e um predicativo (núcleo do predicado nominal), podemos detectar pelo menos um contraponto, ao analisarmos os exemplos a seguir:

21. O avião chegou atrasado.
22. Preocupado, o diretor saiu da sala.
23. O diretor saiu da sala preocupado.

Em 21, torna-se fácil entender que o avião chegou (verbo intransitivo e núcleo do predicado verbal) e que atrasado refere-se a avião, dando-lhe um atributo, embora o predicativo seja explicado com um verbo de ligação **implícito** no desenvolvimento da oração - “O avião chegou e **estava** atrasado”, aparentemente cumprindo a prescrição da NGB: “quando houver verbo de ligação, o predicado será necessariamente nominal”. No entanto, em 22 a classificação de “preocupado” já não parece uma questão tácita: trata-se de uma oração subordinada reduzida de particípio adverbial causal (Porque estava preocupado o diretor saiu da sala) ou de um predicativo do sujeito, como segundo núcleo da oração? Se atentarmos para o exemplo em 23, há uma tendência maior em analisá-lo como uma oração constituída de um predicado verbo-nominal (... saiu da sala e estava preocupado). Mas, nesse caso, a explicação seria de ordem sintática, uma vez que a posição dos termos estaria definindo a sua classificação.

Por outro lado, ao substituímos “preocupado”, em 23, por “apressado”, torna-se ainda possível analisar esta palavra como um advérbio na forma reduzida, e a oração teria um predicado verbal: O diretor saiu da sala apressadamente.

Certamente há divergências entre alguns estudiosos sobre esses aspectos, mas, se não se pode chegar a uma posição única, ao menos é nosso dever alertar para a sua existência, tendo em vista aqueles que os manipulam na aprendizagem da língua.

Outro aspecto a ser ressaltado é o complemento verbal que constitui o predicado, cuja classificação em direto ou indireto depende da transitividade do verbo. Assim, em

24. Ele lê livros de filosofia.
25. O palestrante afirmou: brasileiro não lê.

observamos que o verbo “ler” passa de transitivo direto, em 24, a intransitivo, em 25; neste segundo exemplo, por tratar-se de uma generalização, não faria sentido empregar um objeto direto. Essa mudança ocorre também com verbos intransitivos, como na oração:

26. Ela vive uma vida desregrada..

em que o verbo “viver”, normalmente classificado como intransitivo, está sendo usado como transitivo direto.⁵

As palavras de Pontes (1986), citadas anteriormente, podem ser direcionadas também para a função sintática de predicado, uma vez que somente através da análise de orações, na forma que se apresentam, é que será possível entender a complexidade dos fenômenos lingüísticos, indo além de regras rígidas para chegar à compreensão dos mesmos, sem a culpa que comumente assola os nossos estudantes de língua materna, expressa no que se tornou um clichê para a maioria deles: “eu não sei português”. É bastante provável que, ao entender tal complexidade, percebendo a incompletude de algumas regras, a inadequação de outras e a necessidade de investigá-las, eles se sintam mais leves frente ao desafio de aprender o seu idioma.

Concluimos esse texto, reportando-nos a alguns estudiosos que enfatizam o papel do professor de língua materna como co-responsável pelo desenvolvimento dos processos mentais do aluno, devendo propor-lhe atividades que o levem a pensar sobre a língua, a manipular dados para inferir conclusões, a construir conceitos e a operar com eles, extrapolando a desgastante ineficácia da memorização. Até porque essa memorização é transitória, via de regra focalizada nos resultados satisfatórios de uma prova ou avaliação, o que em nada contribui para a internalização e conseqüente aprendizagem de conhecimentos lingüísticos. Não se trata, portanto, aqui, de descartar a gramática tradicional, mas, antes, de tomá-la como ponto de partida para um estudo mais amplo, exploratório e produtivo da língua portuguesa, ou seja, um estudo desenvolvido na interface da pragmática com a comunicação.

Referências bibliográficas

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BLAKEMORE, Diane. *Meaning and relevance: the semantics and pragmatics of discourse connectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CÂMARA, Mattoso. *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CARSTON, Robyn. Implicature, explicature and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, R. (Ed.). *Mental representations: The Interface between Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 155-181.

_____. Enrichment and loosening: complementary processes in deriving the proposition expressed? *Linguistische Berichte*, n. 8, 1996, p. 103-127.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41 ed., São Paulo: Nacional, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

HAEGEMAN, L. Relevance Theory and the scope of the grammar. *Behavioral and Brain Sciences*, vol.10, n.4, p.720-24, dec. 1987.

MATEUS, M. H. Mira et al *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

PERINI, Mário. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso*. São Paulo, Ática, 1986.

⁵ De acordo com Haegeman(1987), a pesquisa em sintaxe também é profundamente afetada pelas implicações da Teoria da Relevância, que põe fim aos argumentos dos sintaticistas de que não existia uma teoria coerente de interpretação do enunciado. Em um estudo sobre a complementação de verbos em inglês, tais como “comer”, a autora traz evidências de que é o contexto específico, e, na sua ausência, a busca de maiores efeitos contextuais, mais do que a gramática interna ou princípios lexicais, que determinarão adequadamente o complemento do verbo.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance*. Communication and cognition. Oxford: Basil Blackwell, 1995.